



História: Diálogos Contemporâneos 3

Ana Paula Dutra Bôscaro
(Organizadora)



História: Diálogos Contemporâneos 3

Ana Paula Dutra Bôscaro
(Organizadora)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloí Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : diálogos contemporâneos 3 /
Organizadora Ana Paula Dutra Bôscaro. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-39-3
 DOI 10.22533/at.ed.393201002

1. História – Pesquisa – Brasil. I. Bôscaro, Ana Paula Dutra.
 CDD 900.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Por intermédio de diversos trabalhos acadêmicos, o livro *História: Diálogos Contemporâneos* apresenta-se como um importante espaço de intercâmbio cultural e científico. Ao articular as relações que se estabeleceram no passado e que continuam vigentes no presente, o livro abarca assuntos relevantes e que dialogam com diferentes áreas do conhecimento, propiciando discussões em entorno de questões políticas, sociais e culturais.

De modo cada vez mais sistemático, a historiografia tem se empenhado em desenvolver novas possibilidades investigativas. Os autores aqui reunidos, pautados em fontes documentais inéditas e/ou pouco exploradas, colaboram com o processo de construção do conhecimento histórico. Seus trabalhos, resultados de pesquisas originais, dialogam entre si e se completam. Daí a importância de um livro composto por obras que versam sobre diferentes assuntos.

No livro estão reunidas análises que dissertam sobre o uso da literatura e da narrativa nos estudos históricos; Trabalhos que refletem sobre o papel do ensino no contexto atual e sobre os diversos embates enfrentados por seus profissionais nos espaços escolares e nas universidades; Debates sobre questões relativas ao passado escravocrata e suas permanências nas relações sociais; Migrações forçadas no contexto atual, dentre outros temas que promovem um frutífero diálogo entre passado e presente.

Em síntese, a obra nos ajuda a compreender de que modo as marcas do passado se manifestam em nossa experiência atual. Desta feita, esperamos que a leitura dos capítulos que por ora se apresentam possam ampliar os conhecimentos e instigar novas pesquisas históricas. A todos, o desejo de uma excelente leitura!

Ana Paula Dutra Bôscaró

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
RELATOS MEMORIAIS E RELATOS TESTEMUNHOS: O EXEMPLO DE ANTÔNIO PIGAFETTA (1491-1534)	
Michel Kobelinski	
DOI 10.22533/at.ed.3932010021	
CAPÍTULO 2	15
MARIA GRAHAM: A POLISSÊMICA NARRATIVA DA ESCRITORA INGLESA, SOBRE OS BRASIS DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO OITOCENTOS	
Denise Maria Couto Gomes Porto	
DOI 10.22533/at.ed.3932010022	
CAPÍTULO 3	26
CAPITALISMO, COMUNISMO E A HISTÓRIA DO FUTURO: APONTAMENTOS DE PESQUISA SOBRE “A MÁQUINA DO TEMPO” DE H. G. WELLS (1895)	
Pedro Nogueira da Gama	
DOI 10.22533/at.ed.3932010023	
CAPÍTULO 4	40
MANOEL BOMFIM E MANUEL DE OLIVEIRA LIMA: A AMÉRICA LATINA SOB DIFERENTES PARADIGMAS RACIALISTAS	
José Geraldo Dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3932010024	
CAPÍTULO 5	54
ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE IDENTIDADE NARRATIVA EM PAUL RICOEUR	
Janessa Pagnussat	
DOI 10.22533/at.ed.3932010025	
CAPÍTULO 6	65
AS INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO POLÍTICO DE ROUSSEAU NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	
Heloíse Montagner Coelho	
Thieser da Silva Farias	
DOI 10.22533/at.ed.3932010026	
CAPÍTULO 7	77
FAMÍLIAS CONTEMPORÂNEAS, MONOPARENTALIDADE E O FENÔMENO ALIENAÇÃO PARENTAL: A CRÍTICA DA TEORIA SISTÊMICA À PERSPECTIVA DE RICHARD GARDNER	
Ronaldo da Costa Formiga	
DOI 10.22533/at.ed.3932010027	
CAPÍTULO 8	90
ESCRITAS DE SI: A PRODUÇÃO TEXTUAL NARRATIVA DESENVOLVIDA SOB UMA PERSPECTIVA SOCIAL E IDENTITÁRIA	
Tuany Maria Rodrigues Gonçalves Cianelli	
Bruna Sieiro Borges	
Fernanda Iglesias Webering	

Cláudia Cristina Mendes Giesel
Flávia Maria Farias Baptista da Cunha
DOI 10.22533/at.ed.3932010028

CAPÍTULO 9 101

UMA BASE CURRICULAR PARA TEMPOS NEOLIBERAIS

Gustavo de Faria Lopes
José Elias Domingos Costa Marques
Renato Gomes Vieira

DOI 10.22533/at.ed.3932010029

CAPÍTULO 10 112

A UTILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PEQUENOS VÍDEOS COM O INTUITO DE PROMOVER O DEBATE RELACIONADO À TEMAS RELEVANTES ÀS QUESTÕES ÉTNICOS-RACIAIS E O PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-BRASILEIRO

Aline Kelly da Silva Faria
Madalena da Silva Faria

DOI 10.22533/at.ed.39320100210

CAPÍTULO 11 118

DESCONSTRUÍNDO ESTEREÓTIPOS SOBRE A ESCRAVIZAÇÃO NO BRASIL: UMA EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

Lucas Cardoso de Moura

DOI 10.22533/at.ed.39320100211

CAPÍTULO 12 126

DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE A UNIVERSIDADE: UM ESTUDO HISTÓRICO

Oscar Edgardo N. Escobar

DOI 10.22533/at.ed.39320100212

CAPÍTULO 13 139

HISTÓRIAS DA PSIQUIATRIA NO BRASIL E AS INTERDIÇÕES AO USO DE ÁLCOOL E DROGAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Ana Maria Cardachevski

DOI 10.22533/at.ed.39320100213

CAPÍTULO 14 153

A EXTREMA-DIREITA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O CASO DO MOVIMENTO MÍDIA SEM MÁSCARA E O USO IDEOLÓGICO DAS FONTES

Natalia dos Reis Cruz

DOI 10.22533/at.ed.39320100214

CAPÍTULO 15 162

MORRER NEGRO EM JACUTINGA: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS FUNEBRES DOS AFRICANOS E AFRODESCENDENTES DA FREGUESIA DE SANTO ANTONIO DE JACUTINGA

Ana Francisca Vasconcelos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.39320100215

CAPÍTULO 16	170
DA RODA DOS EXPOSTOS AO MERCADO DE TRABALHO Claudia Alves d`Almeida DOI 10.22533/at.ed.39320100216	
CAPÍTULO 17	179
A DINÂMICA ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA JUSTIÇA COLONIAL DO NORTE DE MOÇAMBIQUE (1930) Inajá Reis Costa DOI 10.22533/at.ed.39320100217	
CAPÍTULO 18	191
ENTRE SEMENTES E FRUTOS: DOM JOÃO DA MATA ANDRADE E A ROMANIZAÇÃO EM MANAUS (1941-1948) Elisângela Maciel DOI 10.22533/at.ed.39320100218	
CAPÍTULO 19	202
MIGRAÇÕES, DESLOCAMENTOS FORÇADOS E QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC) Tatiane Sant'Ana Coelho Reis DOI 10.22533/at.ed.39320100219	
SOBRE A ORGANIZADORA	212
ÍNDICE REMISSIVO	213

MIGRAÇÕES, DESLOCAMENTOS FORÇADOS E QUESTÕES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)

Data de aceite: 04/03/2020

Tatiane Sant'Ana Coelho Reis
Mestra em História Comparada – UFRJ
tatianecore@gmail.com

O presente artigo visa correlacionar a formulação de estratégias e ações na busca de igualdade de gênero pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) com o tema da migração. Primeiramente, conceitos essenciais serão definidos para delinear a diversidade englobada dentro do escopo das migrações. Em seguida será feita uma breve contextualização da SADC e das diretrizes que visam dirimir discriminações e violências baseadas no gênero. Em terceiro lugar, as especificidades das meninas e mulheres migrantes serão abordadas com intuito de promover uma análise dos tipos de riscos adicionais enfrentados por elas, das carências de serviços que intensificam vulnerabilidades e dos elementos que se assemelham ou se diferenciam conforme o país. Por último, será incluída uma ampliação do recorte espacial perante a União Europeia (EU) para que possamos problematizar a noção de migração Sul-Norte. As teorias do “novo regionalismo” permearão o debate como forma de investigar

as implicações da chamada feminização da migração para a África Austral.

Os desafios da SADC em atingir uma convergência das políticas interna e externa de seus países-membros serão pensados a partir da premissa de que a integração das Comunidades Econômicas Regionais (CERs) envolve uma dinâmica multidimensional que extrapola questões comerciais. Nesse sentido, os fatores endógenos da SADC são compostos por múltiplos agentes e interagem com fatores exógenos que podem complementar, redirecionar e/ou se contrapor às tendências da transformação global.

A fim de estabelecer um embasamento ao recorte temático proposto, algumas definições precisam ser esclarecidas. Migrações abarcam movimento de pessoas que deixam o local de sua residência habitual por razões variadas e buscam outro dentro ou fora das fronteiras de seu país. O termo migrante carece de uma definição legal uniforme e, por isso, é comum que apareçam outras qualificações. Dentro das possibilidades de migração, os deslocamentos forçados abrangem solicitantes de asilo, deslocados internos e refugiados (UNHCR, 2018, p. 5). Conforme a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados são refugiados aqueles que se encontram

fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa (JUBILUT; MADUREIRA, 2014). Há, portanto, uma definição universal e nela a previsão de proteção internacional que vai além da segurança física, contemplando direitos civis, econômicos e sociais. Por outro lado, os deslocados internos são aqueles que não cruzaram a fronteira do seu país, porém deixaram suas casas por motivos da mesma natureza que os refugiados. Nesse caso, a proteção segue os “Princípios Orientadores dos Deslocados Internos” cuja força jurídica é menor se comparada à Convenção de 1951 (JUBILUT; MADUREIRA, 2014, p. 17). Por fim, os solicitantes de asilo são aqueles que buscam proteção internacional e podem vir ter a situação jurídica de refugiados mediante o processo legal, que varia conforme o governo.

Alguns países africanos apresentam números expressivos de deslocamentos forçados, fenômeno que atingiu no século XXI um patamar sem precedentes em todo o mundo. Ao se debruçar sobre esse problema devemos nos distanciar de entendimentos enviesados. Primeiramente, podemos perceber a tendência de que a maioria das pessoas nessa situação tem como destino países vizinhos ao seu país de origem. Um exemplo disso é o Sudão, que com 1,1 milhão é o segundo país dos que mais abrigam refugiados e faz fronteira com aquele que é o terceiro lugar em termos de origem: o Sudão do Sul (UNHCR, 2018, p. 8). Outro aspecto fundamental a ser observado é que de um total de aproximadamente 70,8 milhões de deslocamentos forçados, 41,3 milhões são de deslocados internos (UNHCR, 2018, p. 5). Variados problemas referentes às questões de segurança e garantias de direitos humanos acabam por se entrelaçar com deslocamentos forçados. A amplitude dos esforços necessários para atuar tanto em curto prazo quanto em médio e longo prazo reforça a urgência da consolidação de estratégias políticas eficientes e agregadoras. Mostram-se, portanto, como são fundamentais articulações em diferentes esferas de governo e integração de atores não-governamentais em diálogos que conciliem política interna e externa. Havendo esta congruência, pessoas deslocadas terão maior possibilidade de obter proteção e assistências adequadas, de efetuar um retorno seguro e até mesmo contribuir com a solução para os riscos que as forçaram a deixar seus locais de origem.

As CERs africanas e a proposta de maior integração das mesmas pelo bloco continental Unidade Africana promovem mecanismos que podem fomentar uma conjuntura que venha responder aos deslocamentos forçados de forma a priorizar a proteção de direitos humanos.

Desde o seu surgimento, os objetivos políticos e securitários da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC¹) sobrepujam assuntos comerciais e econômicos. Atualmente, esta organização intergovernamental é composta por 16 países: África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Eswatini (anteriormente Suazilândia), Lesoto, República Democrática do Congo, Madagascar, Malauí, Maurício,

1 Do inglês, Southern Africa Development Community.

Moçambique, Namíbia, Seychelles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Os aspectos socioeconômicos dentro da SADC apresentam variações consideráveis. Primeiramente podemos citar a África do Sul, que representa a maior economia do continente, com a fatia de mais de 60% do PIB da África Austral (SCHÜTZ, 2014, p. 94), e que teve o número de mulheres migrantes quadruplicado nos últimos 15 anos (FARLEY, 2019, p. 4). Podemos notar também a disparidade socioeconômica entre países pela colocação da Namíbia (10º) dentre os mais equânimes (dos 149 países avaliados) em questões de gênero² no mundo enquanto a África Subsaariana como um todo regrediu quando comparada à situação em que se encontrava em 2006 (WORLD ECONOMIC FORUM, 2018, p. 16).

Com relação à nomenclatura e à organização atual da SADC, ambas precisam ser entendidas como desdobramentos de um processo histórico que remonta à segunda metade do século XX. A formalização da sua predecessora Conferência Coordenada para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC³) ocorreu em 1980 com a assinatura do Protocolo de Lusaka por Angola, Botsuana, Lesoto, Malauí, Moçambique, Tanzânia e Zimbábue e pela então Suazilândia. Essa organização tinha suas raízes nas experiências de associações entre governos e povos na luta contra o racismo, colonialismo e contra o apartheid (SCHÜTZ, 2014, p. 78). A mudança da SADCC para SADC, através do Tratado de Windhoek (1992), ocorreu em um contexto de fim da Guerra Fria, das lutas anticoloniais e quando o apartheid também estava próximo de seu término.

A SADC tem reiteradamente reconhecido e atuado de forma a combater desigualdades entre homens e mulheres. Desde a menção à “não-discriminação baseada no gênero” presente no tratado fundador de 1992 a organização tem se dedicado a essas questões por diferentes mecanismos.

Em primeiro lugar, podemos mencionar a assinatura da Declaração sobre Gênero e Desenvolvimento em 1997, na qual se reconheceu os direitos de gênero como direitos humanos (SADC, 1997, p.2). O avanço de alguns países em direção à igualdade de gênero e o progresso que seria necessário nessa região figuram neste documento de cinco páginas. Como mudança institucional, podemos destacar o estabelecimento de uma Unidade de Gênero no Secretariado da SADC, composto por pelo menos dois oficiais de nível sênior.

Em segundo lugar, o Protocolo sobre Gênero e Desenvolvimento, assinado em 2008 por 13 países-membros, estabeleceu metas para 2015, agrupando-as em partes temáticas como governança, educação e treinamento. Conforme previsto em seu 37º

2 O termo gênero é entendido como o conjunto de aspectos sócio-culturais pelos quais as sociedades humanas sobrevalorizam a diferenciação biológica entre machos e fêmeas, atribuindo diferentes funções geralmente desiguais. Esses aspectos compõem configurações que variam espacial e temporalmente, estando ainda imersos em imbricações com diferentes hierarquizações como sexualidade, raça, classe e etnia. Desta forma, ao se fazer referência a homens e mulheres, entende-se que não há uma divisão ontológica irreduzível, mas sim que essa bicategorização é fundamentada em uma diferenciação social (Cf. MATHIEU, 2009, p. 222-223).

3 Do inglês, Southern Africa Development Coordination Conference.

artigo, após 12 meses seria possível a retirada do Protocolo por parte de qualquer país-membro, porém com a obrigação de se manter suas determinações por um período de doze meses após a respectiva notificação (SADC, 2008, p. 25). O Protocolo contém ainda artigo (28º) específico sobre participação equânime das mulheres na liderança dos processos de resolução de conflitos e construção da paz (SADC, 2008, p. 21). Tendo entrado em vigor em 2013, o documento teve uma revisão em 2016 que foi aprovada no mesmo ano e finalmente uma emenda feita em 2018 que está vigorando desde então.

Em terceiro lugar, dentre os relatórios produzidos, o Barômetro do Protocolo de Gênero da SADC tem sido lançado desde 2009 provendo análises e indicadores detalhados que ajudam a rastrear realizações e desafios em relação à paridade de gênero. Juntamente com diferentes gráficos, são disponibilizadas informações sobre iniciativas e o resultado de pesquisa por amostragem feita com homens e mulheres sobre seus governos a respeito do cumprimento das determinações do Protocolo de Gênero da SADC.

Podemos, por fim, citar a iniciativa conjunta do Secretariado da SADC com o Fórum Parlamentar composto por representantes de 11 países para combater Violência Baseada no Gênero (VBG) em setembro de 2019. Esse workshop articulou dois órgãos diferentes da SADC para discutir sobre a implementação de planos nacionais e regionais sobre VBG e de legislação específica sobre a temática.

O combate e a prevenção à violência contra meninas e mulheres em situações de conflito é mencionado no Protocolo sobre Gênero e Desenvolvimento (SADC, 2008, p. 21) apesar do documento não tratar especificamente de desdobramentos comuns a esse cenário como migração e refúgio. Nos últimos anos, a tendência crescente da feminização da migração, ou seja, uma quantidade em ascensão de mulheres que migram, inclusive para além das fronteiras nacionais, na companhia ou não de cônjuges, tem sido abordada em diferentes estudos (FARLEY, 2019, p. 3).

Na África Subsaariana, por exemplo, a população feminina dentre refugiados é de 52%, frente à proporção global de 48% de meninas e mulheres (UNHCR, 2019, p. 61-62). Dificuldades variadas podem ser apontadas para se obter dados quantitativos sobre migração não só no caso dos países da SADC, mas também dos demais do continente. Um dos obstáculos para mensurações é o fato de a distinção por gênero de migrantes não estar presente no sistema de todos os países. A ausência dessa distinção é notada em estudos sobre o tema, o que prejudica observações e análises sobre diferentes fatores e vulnerabilidades relacionados às mulheres. Em segundo lugar, pesquisas sobre migração no continente africano enfrentam a problemática carência de dados oficiais confiáveis oriundos de censo ou amostragem (FLAUHAU; De HAAS, 2016, p. 6). Apesar disso, levantamentos e análises vêm sendo elaborados e contribuem com uma base empírica que dá suporte a atuações de organismos internacionais e atores não-estatais. Informações agregadas sobre as realidades de meninas e mulheres colaboram com ações de diferentes esferas governamentais que

visam melhorar serviços básicos de saúde e assistência.

Na África do Sul, especificamente, o número de mulheres migrantes quadruplicou nos últimos 15 anos (FARLEY, 2019, p. 4). Considerando-se a proeminência da economia sul-africana no continente, o país atrai também quantidade significativa de migrantes que buscam melhores condições de vida, ainda que a concretização deste objetivo seja incerta e envolva riscos adicionais para as mulheres. O acesso ao trabalho assalariado para migrantes muitas vezes se restringe à informalidade mediante as dificuldades encontradas para regularizar sua situação no país. Por conseguinte, acabam sendo sobrerrepresentados em vagas com menor qualificação e caracterizadas por precariedade em aspectos fundamentais como remuneração, jornada de trabalho de mais de dez horas, transporte e não-fornecimento de equipamento de proteção, exceto mediante pagamento (KHUMALO, 2018, p. 54).

Somam-se a tudo isso os riscos adicionais enfrentados por mulheres migrantes, sobretudo por aquelas que não conseguiram regularizar suas documentações por entraves burocráticos. Em caso de gravidez, há relatos de prestação da assistência médica inapropriada ou até mesmo sua negação figuram dentre as violações relativas ao acesso à saúde. Casos de assédio ou abuso sexual por parte de familiares, colegas de trabalho, patrões ou proprietários dos imóveis em que moram de aluguel têm sido recorrentes. O medo das meninas e mulheres de serem deportadas ou presas muitas vezes inibe denúncias e prolonga a convivência com os abusadores. Sobre as leis de imigração, é preciso ainda contemplar as possibilidades de distinção com relação à qualificação, pois ao encorajar a entrada de mulheres com maior escolaridade por vezes restringe a legalização daquelas com grau de instrução mais baixo, o que contraria padrões internacionais de acesso equânime, favorecendo situações de abuso e exploração (KHUMALO, 2018, p. 55).

Nos casos dos deslocamentos forçados de meninas e mulheres, muitos outros agravantes estão presentes. Casos de violência sexual em acampamentos ou enquanto buscam água ou madeira são frequentes, uma vez que se encontram comumente localizados em áreas distantes de outras comunidades e não conseguem oferecer segurança às residentes femininas (UNHCR, 2008, p. 10). Considerando-se que os sistemas legais de vários países permanecem com tendências tradicionais, os mecanismos de proteção e punição para violência sexual e de gênero em diferentes países da SADC são insuficientes, a estigmatização daquelas que foram violentadas é uma possível consequência. Com recursos financeiros escassos, meninas e mulheres deslocadas acabam ainda mais vulneráveis a tráfico de pessoas, casamento forçado e trabalho sexual.

É importante notar que, apesar dos desafios mencionados sobre migrações no continente africano, alguns dos aspectos tidos como consolidados e basilares têm sido revistos. O primeiro deles seria a proporção que os deslocamentos forçados possuem perante o total de migrações em África, já que não se aproximam da maioria, mesmo sendo proporcionalmente maior que em outros continentes (FLAUHAU; De HAAS,

2016, p. 3). Mostra-se, portanto, relevante o cuidado para que os números crescentes e alarmantes de deslocamentos forçados não se convertam em generalizações que nutrem outros estereótipos sobre África. As vivências das meninas e mulheres migrantes precisam ser pensadas como compostas por diversas nuances, dentre as quais se inserem os deslocamentos forçados ainda que não sejam o único elemento definidor. O segundo aspecto revisto, relacionado com o primeiro, seria a ideia de emigrantes africanos como ilegais a priori, já que fatores como questões educacionais ou melhores condições de vida em ambientes urbanos também precisam ser contemplados (FLAUHAU; De HAAS, 2016, p. 2) Ainda que não possamos negar a importância que conflitos tenham como causa de deslocamentos forçados, é um equívoco negligenciar outros processos sociais que interferem no movimento de pessoas em países africanos.

Nesse sentido, o destino de migrantes africanos também deve ser pautado. Refugiados e solicitantes de asilo da República Democrática do Congo, por exemplo, têm Uganda (país vizinho) como destino principal. O fato de vários países serem tanto origem quanto destino de deslocamentos forçados é uma informação adicional que nos ajuda a evitar equívocos. Camarões e Nigéria são dois dos diferentes países que se enquadram nessa situação (UNHCR, 2019, p. 7-8). Países pobres e/ou com instabilidades políticas não desempenham papel exclusivo de local de origem de migrantes forçados

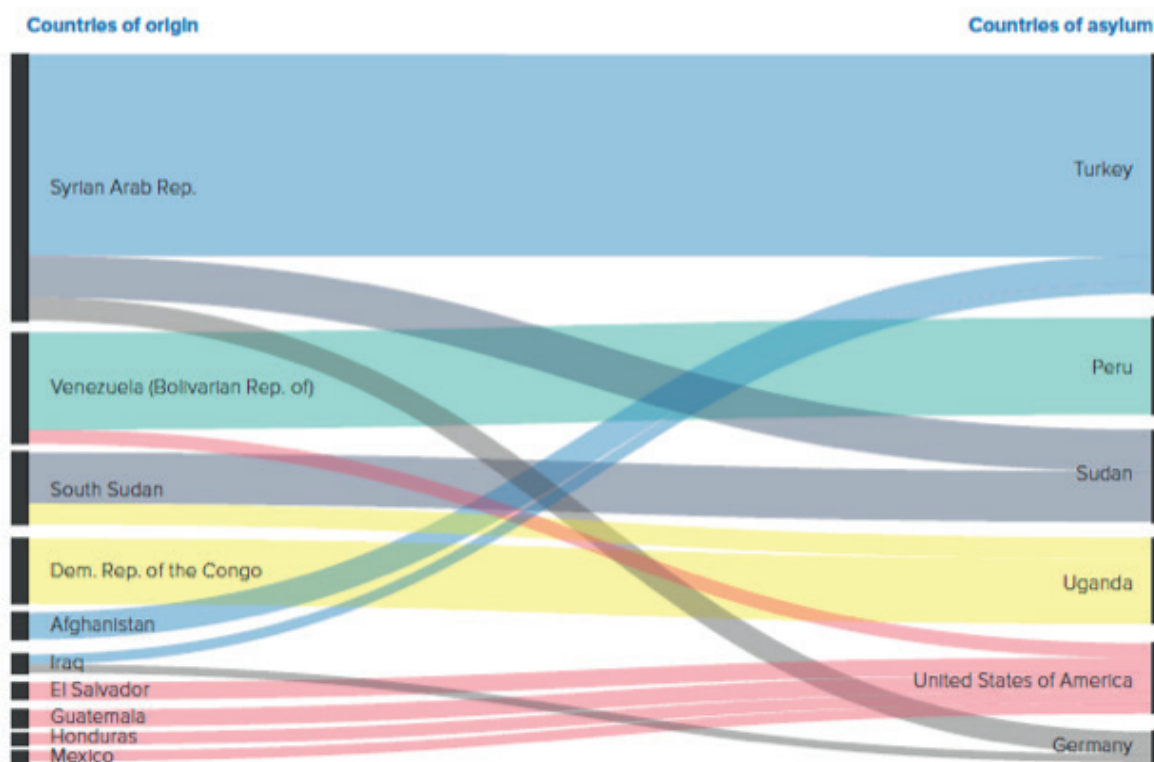


Ilustração 1 – Principais fluxos de refugiados recém-registrados e novos solicitantes de asilo em 2018

Fonte: UNHCR, 2019.

A ideia de que o padrão das migrações segue a direção Sul-Norte, por conseguinte, mostra-se no mínimo incompleta. Se por um lado a formação dos estados africanos, com suas independências, envolveu conflitos e questões diversas que compunham fatores para emigração, por outro, vários Estados desencorajaram a saída de cidadãos para que evitassem a chamada “fuga de cérebros” (FLAUHAU; De HAAS, 2016, p. 5).

Faz-se útil, então, uma ampliação da delimitação espacial inicial (SADC) para que se possa argumentar sobre as lacunas decorrentes da pressuposição da migração Sul-Norte como padrão, que reforça a lógica de países pobres apenas como origem e do fluxo de seus cidadãos como “ameaças” a serem contidas. Assim, inserimos a política de imigração da União europeia como forma de agregar reflexões sobre como estados africanos tem pautado o debate sobre migração e asilo.

Mesmo que possamos verificar semelhanças entre Estados africanos como a entrada tardia nos sistemas globais e a fragilidade do contrato social entre governos e cidadãos (WARNER; SHAW, 2018, p. 4), uma abordagem monolítica sobre as políticas externas empobrece análises. Perante uma tendência de países africanos estarem menos limitados a objetivos individualistas no interior das organizações intergovernamentais daquele continente, será feita uma breve contextualização para a inserção do debate que eles vêm travando perante a União Europeia sobre fluxos migratórios (WARNER; SHAW, 2018, p. 6).

A União Africana (UA), foi fundada em 2002 e é composta por todos os 55 países do continente. Naquele ano a instituição mudou sua denominação anterior, Organização da Unidade Africana (OUA), sob a qual atuava desde 1963. Seus objetivos incluem a representação dos interesses do continente, atuar na integração continental e na segurança e resolução de conflitos. Buscando maior protagonismo nas relações internacionais, a União Africana reivindicou em 2005, através do chamado “Consenso de Ezulwini”, dois assentos permanentes no Conselho de Segurança e cinco não-permanentes para África, dentre outras mudanças da Organização das Nações Unidas (ONU). Com relação às relações internacionais dentro do continente, a União Africana, por meio de seu Conselho de Segurança e Paz, tem atuado em mediações (na República Democrática do Congo e no Sudão, por exemplo) assim como em missões de paz, inclusive em conjunto com a ONU. Ainda que a União Africana tenha caminhado em direção a uma maior integração continental, há de se reconhecer o longo caminho a ser percorrido no sentido de ter a efetiva mudança dos Estados africanos, com foco na segurança coletiva e no compromisso maior com direitos humanos, inclusive durante e após conflitos (WARNER; SHAW, 2018, p. 22-29).

Mediante essa ampliação da escala de análise podemos, então, vislumbrar tensões que tem permeado o debate da migração entre União Europeia e países africanos. Enquanto a abordagem europeia tem sido direcionada pelo viés da segurança, um debate mais amplo incluindo comércio, desenvolvimento e direitos humanos tem sido

demandado por países africanos no geral. Nesse ponto, são confrontadas duas visões opostas sobre migração: a primeira como ameaça e a segunda como potencial.

Adentrando a seara de potencialidades referentes a migrantes, suas possíveis contribuições com o desenvolvimento variam de estratégias para redução da pobreza à participação na promoção da paz.

Tratando de assuntos relacionados às finanças, no caso dos investimentos realizados por migrantes na África do Sul, a utilização de reservas pessoais de dinheiro para começar um empreendimento chegou a 85% (FARLEY, 2019, p. 9). Um outro ponto a ser levantado nesse campo, é que o envio de dinheiro para famílias é comum dentre migrantes. No geral, apesar de as mulheres migrantes ganharem menos que os homens, elas tendem a enviar uma parcela maior de suas rendas, por períodos mais longos, para familiares/dependentes (FARLEY, 2019, p. 8). Mais uma vez as questões de gênero já que o acesso delas às instituições financeiras é mais dificultado e menor que os dos homens. Acordos internacionais voltados para migrantes que contemplem facilitação de transferências para o exterior assim como acesso facilitado ao crédito são ações que dialogam com uma postura dos governos associada ao desenvolvimento.

A possibilidade de permanência legalizada no país de destino costuma inibir o medo dos migrantes de não poder retornar para o local onde se encontram. Em contrapartida, a regulamentação menos restritiva pode também contribuir com eventuais retornos para os países de origem. É válido pontuar que a colaboração de migrantes com a transição política para governo democráticos em seus países de origem é algo a ser fomentado. No caso de meninas e mulheres, encorajar a participação comunitária e política mais ampla é fundamental, para além do atendimento àquelas que foram vítimas de violência, já que elas não devem ser vistas (de maneira reducionista) como passivas e reduzidas a alvo de ajuda humanitária.

Podemos perceber que as variadas desigualdades de gênero já presentes nas sociedades têm sido ampliadas quando se trata de migrantes (não somente no caso de deslocamentos forçados). Iniciativas voltadas para treinamentos profissionais e educação, quando desprovidos de preocupações em igualdade de gênero, reduzem seu impacto na vida de meninas e mulheres. Promover as condições necessárias para o acesso delas a ambientes educacionais fomenta a multiplicação de lideranças femininas. Essas habilidades contribuem, inclusive, enormemente para a construção da paz, já que processos de negociação e reconstrução são oportunidades para estruturar a paridade de gênero em estruturas de tomada de decisão e mecanismos legais (UNHCR, 2008, p. 146). Para além disso, uma efetiva participação de mulheres que chegaram em comunidades por conta de deslocamentos forçados, por exemplo, viabiliza ações coletivas mais consistentes que combatem discriminações e violências, intensificando um engajamento mais amplo nessa área de atuação. Desta forma, as comunidades nas quais elas se inserem podem formar um ambiente no qual meninas e mulheres, migrantes ou não, possam viver em condições menos desfavoráveis.

Foi possível demonstrar que abordar migrações na África Austral e também

em outras sub-regiões requer integrar multiplicidades para além dos deslocamentos forçados. Reconhecer que o número de deslocados internos, refugiados e solicitantes de asilo tenha crescido consideravelmente não implica postular que as migrações como um todo sejam determinadas por tendências da mesma natureza.

Com relação à SADC, as iniciativas voltadas para igualdade de gênero têm ocorrido através de diferentes mecanismos. Os países-membros desta CER têm seguido na direção de atualizar documentos que direcionam e institucionalizam ações e estratégias de combate à discriminação e violência contra meninas e mulheres. Contudo, é preciso salientar que diferentes percalços permanecem para a implementação das medidas em âmbito regional.

Meninas e mulheres que migram na África Austral têm sido vítimas de múltiplas violações de direitos humanos. Na busca por condições socioeconômicas básicas, elas encontram-se mais vulneráveis a violências de diferentes tipos se compararmos com a situação masculina no geral. O acesso prejudicado ou negado a saúde e direitos reprodutivos assim como exploração e assédio sexual são exemplos das situações que muitas vezes são inseridas nas suas vivências.

Por fim, a abordagem da temática da migração por parte da União Europeia priorizando um discurso focado na questão da segurança desconsidera assuntos como desenvolvimento e direitos humanos, que coadunam com posicionamentos da União Africana. Mediante toda a miríade presente ao se tratar das migrações na África Austral e as mudanças que vem ocorrendo não só no âmbito da SADC como na União Africana de forma geral, podemos ponderar a visão de imigrantes africanos como ameaça à União Europeia. Do lado oposto a esta visão, Estados africanos, com maior protagonismo nas relações internacionais, podem contribuir com estratégias que otimizem o potencial de contribuição de migrantes em diferentes esferas. Nessa lógica, meninas e mulheres migrantes teriam mais acesso a direitos básicos nos países de destino e poderiam também contribuir com uma ampliação da prevenção e do combate à discriminação e violência baseadas no gênero. Portanto, assim como enfrentar as desigualdades de gênero na SADC perpassa por contemplar as especificidades das migrantes, as discussões sobre migração na África Austral também são enriquecidas ao englobarmos vivências femininas.

REFERÊNCIAS

FARLEY, Alex. South African Migration: A gendered analysis. **Policy Insights**. South African Institute of International Affairs, Johannesburg, 70, p. 1-20, jun. 2019.

FLAHAUX, Marie-Florence; De HAAS, Hein. African migrations: trends, patterns, drivers. **Comparative Migration Studies**. v. 4, n. 1, p. 1-25, 2005.

GEDDES, Andrew. Migration and 'Fortress Europe'. In: ADEBAJO, Adekeye; WHITEMAN, Kaye (eds.). **The EU and Africa**. From Eurafrique to Afro-Europa. London: Hurst & Company, 2012, p. 405-418.

HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise *et al.* **Dicionário Crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

JUBILUT, L. L.; MADUREIRA, A. L. Os desafios de proteção aos refugiados e migrantes forçados no marco de Cartagena + 30. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mob. Hum.** Dossiê: Migrações Forçadas, Brasília, n. 43, p. 11-33, jul./dez. 2005.

KHUMALO, Busisekile. Digging for gold in unknown lands: The implication of migration for African women's labour, their future, and empowerment. **BUWA: The Future of Women's Work in Africa, Local**, v. 9, p. 54-57, dez. 2005.

LOPI, Barbara. Revised SADC Gender Protocol enters into force as Namibia and Seychelles append signatures. **INSIDE SADC**. Gaborone: SADC, v. 8, ago. 2018. Disponível em: https://www.sadc.int/files/6915/3725/8176/Inside_SADC_August_2018_mail.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.

SCHÜTZ, Nathaly Silva Xavier. **Integração na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os condicionantes históricos e políticos da integração**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – PPGCP, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

Southern African Development Community. **Declaration on Gender and Development**. Windhoek. 1997.

_____. **Protocol on Gender and Development**. Windhoek. 2008.

_____. **Secretariat engages Members of Parliament on the regional GBV legislative response**. Gaborone, 2 out. 2019. Disponível em: <https://www.sadc.int/news-events/news/sadc-secretariat-engages-members-parliament-regional-gbv-legislative-response/>. Acesso em: 05 out. 2019.

UNHCR. **Global Trend. Forced Displacement in 2018**. 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

UNHCR. **Handbook for Protection of Women and Girls**. 2008. Disponível em: <https://www.unhcr.org/protection/women/47cfa9fe2/unhcr-handbook-protection-women-girls-first-edition-complete-publication.html>. Acesso em: 05 out. 2019.

WARNER, J.; SHAW, T. M. (eds.). African Foreign Policies in International Institutions. **Contemporary African Political Economy**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2018**. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

SOBRE A ORGANIZADORA

Ana Paula Dutra Bôscaro: Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Mestra (2016), Bacharela e Licenciada (2013) em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professora Formadora e Coordenadora Pedagógica do Centro Cultural Brasil Angola (CCBA), Luanda, Angola, Embaixada do Brasil em Luanda. Pesquisadora integrada ao Laboratório de História Econômica e Social (LAHES) e ao GT Emancipação e Pós-Abolição. Membro da Associação Nacional de História, seção Minas Gerais - ANPUH / MG, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e da Sociedade de Estudos do Oitocentos (SEO). Autora do livro “Uma serra de almas negras: escravidão e pequena propriedade” (2018). Desenvolve pesquisas nas áreas de História do Brasil Colônia e Império, com ênfase nos seguintes temas: História da Escravidão, Tráfico de escravos, História Social, História Demográfica, História Econômica e Trajetórias.

E-mail: anapaulaboscaro@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/7539462489773251>

<https://orcid.org/0000-0002-7378-6142>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração da Justiça 179, 180, 183
África Austral 202, 203, 204, 209, 210, 211
Africanos 47, 49, 51, 122, 134, 135, 162, 163, 164, 166, 173, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 203, 207, 208, 209, 210
Alienação Parental 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89
América Latina 1, 8, 9, 11, 14, 40, 41, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 127, 128, 129, 137, 155
Anticomunismo 153, 155, 156
Ascensão Social 33
Assistência 145, 147, 151, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 197, 206

B

Base Curricular 101, 104, 108
Brasil Colônia 126, 129, 130, 138, 212

C

Colônia de Moçambique 179
Constituição Federal 65, 66, 70, 71, 72, 73, 75, 106
Cotidiano Escolar 112, 113, 116, 117
Cultura 8, 9, 19, 22, 23, 25, 38, 44, 48, 51, 62, 76, 79, 81, 90, 91, 94, 95, 96, 100, 106, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 121, 122, 123, 125, 129, 130, 135, 138, 169, 177, 178, 181, 182, 183, 201

D

Deslocamentos forçados 202, 203, 206, 207, 209, 210
Diálogos Contemporâneos 15, 26, 40, 54, 65, 77, 90, 101, 112, 118, 126, 139, 153, 162, 170, 179, 191, 202, 212
Diocese 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201
Dom João da Mata 191, 192, 194, 199, 200, 201

E

Educação 33, 34, 36, 42, 47, 51, 67, 91, 96, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 117, 126, 128, 129, 130, 131, 134, 137, 138, 142, 148, 152, 161, 173, 174, 177, 178, 181, 182, 189, 194, 199, 204, 209
Educação Superior 33, 106, 110, 126
Escravidão 71, 118
Estado 2, 23, 29, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 47, 48, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 88, 102, 103, 112, 128, 129, 131, 135, 143, 147, 148, 149, 151, 156, 157, 158, 160, 169, 174, 179, 180, 182, 183, 188, 192, 196, 197, 201
Estereótipos 118, 121, 123, 124, 125, 207
Extrema-Direita 153, 155

F

Família Contemporânea 77, 78, 79

Fontes 15, 16, 17, 18, 25, 38, 39, 64, 100, 124, 151, 153, 156, 160, 162, 177, 178, 183, 185, 187, 189, 201

Formação Médica 139

G

Gênero 7, 8, 10, 19, 20, 28, 39, 64, 86, 92, 94, 144, 175, 179, 184, 185, 187, 188, 189, 202, 204, 205, 206, 209, 210

H

História da psiquiatria 149, 151

I

Identidade 5, 8, 9, 10, 12, 25, 54, 55, 60, 63, 64, 78, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 106, 113, 153

Ideologia 43, 72, 78, 79, 88, 110, 136, 153, 156, 158, 173

Igualdade Racial 112

Infância 1, 56, 148, 158, 170, 172, 176, 177, 178

J

Jean-Jacques Rousseau 23, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74

L

Literatura 1, 2, 3, 13, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 26, 27, 36, 39, 42, 45, 54, 63, 68, 96, 100

M

Manaus 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201

Manoel Bomfim 40, 41, 42, 43, 45, 50, 51, 52

Manuel de Oliveira Lima 40, 41, 43, 45, 50, 52

Maria Graham 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25

Matrizes Afro-brasileiras 112, 114

Migrações 202, 206, 208, 209, 210, 211

Mulher viajante 15

N

Narrativa 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 13, 15, 22, 35, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 118, 122, 123, 132, 156, 157, 158

Neoliberalismo 101, 102, 103, 110, 155

O

Oralidade 1, 3, 5, 6, 7, 13, 14, 91, 93

P

Paul Ricoeur 54, 63, 64

Poder 4, 6, 8, 13, 14, 16, 32, 49, 60, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 78, 85, 88, 99, 102, 103, 109, 115, 127, 131, 135, 137, 140, 146, 156, 157, 176, 179, 184, 187, 188, 192, 196, 209

Práticas Fúnebres 162

R

Relatos memoriais 1

S

Santa Casa de Misericórdia 170, 172, 174, 176, 177, 178

Santo Antonio de Jacutinga 162, 165, 166, 167, 168

Século XIX 25

Século XX 139

Sociedade 12, 14, 29, 33, 37, 41, 42, 48, 67, 68, 69, 70, 76, 81, 91, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 109, 110, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 135, 137, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 170, 171, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 212

T

Teoria da História 8, 26, 189

 **Atena**
Editora

2 0 2 0